



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 10

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 1965

## SENADO FEDERAL

ATA DA 11ª SESSÃO, EM 17  
DE FEVEREIRO DE 1965

2ª Sessão Legislativa Extraor-  
dinária, da 5ª Leg.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA  
ANDRADE E NOGUEIRA DA  
GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-  
se presentes os Srs. Senadores:

Edmundo Levi  
Lobão da Silveira  
Eugênio Barros  
Sigefredo Pacheco  
Menezes Pimentel  
Antônio Jucá  
Wilson Gonçalves  
Dix Huit Rosado  
Dinarte Mariz  
Walfredo Gurgel  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Ermirio de Moraes  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Jefferson de Aguiar  
Eurico Rezende  
Afonso Arinos  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Faria Tavares  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Padre Calazans  
Moura Andrade  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Antônio Carlos  
Guido Mondim  
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de pre-  
sença acusa o comparecimento de 30  
Srs. Senadores. Havendo número re-  
gimental, declaro aberta a sessão. Vai  
ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à  
leitura da ata da sessão anterior,  
que é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há expe-  
diente para leitura.

A Presidência deferiu, hoje, o Re-  
querimento nº 2, de 1965, apresentado  
ontem, pelo qual o Sr. Senador José  
Ermirio solicita informações a serem  
prestadas pelo Ministério da Agricul-  
tura. (Pausa)

Tem a palavra o nobre Senador  
Aloysio de Carvalho, primeiro orador  
inscrito.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor  
Presidente, a data de 5 de fevereiro

2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA  
DA 5ª LEGISLATURA

assinou, este ano, o transcurso do  
primeiro centenário do nascimento  
no município baiano de Santo Amaro,  
de Antônio Joaquim Pires de Carva-  
lho e Albuquerque, que foi Ministro  
do Supremo Tribunal Federal e ja-  
leceu, no Rio de Janeiro em 4 de  
setembro de 1954 aos noventa e seis  
incompletos de laboriosa existência.

Também nonagenário, morrera Gar-  
cia D'Ávila, o primeiro dos Ávilas,  
vindo com Tomé de Sousa em 1554  
para assistir o grande estadista como  
almoxarife da Fazenda Real na cons-  
trução da cidade de Salvador e fun-  
dador da Casa da Torre de Garcia  
D'Ávila, ao mesmo tempo cidadeela e  
estirpe — soberba cidadeela erguida a  
cavaleiro do mar, ao norte da povoa-  
ção para os laços de Sergipe, de  
onde durante três séculos uma estirpe  
de bravos e ilustres brasileiros ora  
desbravou os sertões da Bahia, indo  
parar a remotas regiões, ora defen-  
deu, intrépidamente a terra contra  
invasores e indígenas culminando em  
abnegação e heroísmo na guerra da  
Independência, em 1822.

A criança que há um século nascia,  
recebia destarte no berço um legado  
de trabalho e de luta que honrou —  
homem feito — com o mesmo espírito  
e a mesma fé dos avoengos imortais.  
Os pais, Dr. Garcia Dias Pires, de  
Carvalho e Albuquerque e Dr. Maria  
Capitolina de Argôlo Pires, deram-  
lhe o nome, por inteiro, do avô pa-  
terno aquele glorioso visconde da  
Torre de Garcia D'Ávila a quem o  
Imperador agraciara em recompensa  
de serviços na paz e na guerra.

Na mesma época em que o pai par-  
ticipava, com brilho, da representa-  
ção da Bahia na Constituinte Repu-  
blicana e de imediato na Câmara Fe-  
deral o filho, ainda a bem dizer,  
adolescente integrava os quadros da  
Assembleia da sua terra incumbida  
de elaborar para o Estado a primeira  
lei do novo regime. Antes disso logo  
que diplomado Bacharel em Ciências  
Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de  
Direito do Recife, ocupara funções de  
Promotor Público nas comarcas,  
sucessivamente de Maracá. Ala  
goinsas e Conde aonde o foi buscar  
a política para o exercício daquele  
mandato eletivo. Desempenhou o im-  
portante encargo, tão honroso em tão  
verdes anos com singular proficiên-  
cia, revelando-se sobretudo autêntico  
orador parlamentar, isto numa corpo-  
ração em que sobressaía, beirando

quase os quarenta anos, Manoel Vito-  
rino consagrado depois um dos  
maiores tribunos brasileiros.

Dessa primeira Assembleia Consti-  
tuinte da Bahia podemos dizer, sem  
desdouro para ninguém que foi um  
conjunto de consumados políticos e  
de esperançosos estreantes, como  
jamais se repetiria em tal maneira.  
Pena é que se não tenha ainda pro-  
jetado, para o conhecimento nacional,  
o perfil de uns e de outros. Veríamos  
então de corpo franzino e ânimo  
forte, o jovem Pires e Albuquerque,  
dono de invejável segurança no trato  
de temas constitucionais e jurídicos,  
inquieta e ardoroso nos debates, a que  
comunicava uma vibração de nervos  
que, até nos documentos escritos na  
velhice, nunca o abandonou e que  
terá possivelmente agravado as de-  
safeições e incompreensões daqueles  
a quem vivamente contrariou no pre-  
ciso cumprimento dos seus deveres de  
Procurador-Geral da República, em  
toda a década tormentosa que a Re-  
volução de 30 encerrou.

Nº 34.100 — Rio Grande do Sul —  
Este sem dúvida, é o grande mo-  
mento afirmativo da sua personali-  
dade, como o deixara entrever a memo-  
rável atuação na Constituinte baiana.  
Entre um e outro dos dois extremos,  
desdobra-se o exercício da magistra-  
tura, a princípio no Estado do Rio,  
e a partir de 1904 na Capital da Re-  
pública, por transferência para a 2ª  
Vara Federal, que naquele ano fora  
criada. Se para a política militante  
o indicavam, agora a tradição e o  
prestígio da família, peregrinos atri-  
butos, em que eram dos maiores a  
vugnacidade e o espírito público, pa-  
ra a judicatura o recomendavam aus-  
teras qualidades, que pôs à prova em  
julgados irrepreensíveis, na forma e  
no fundo. Aqui, a intransigência de  
princípios que lhe era a virtude domi-  
nante, operava francamente em sen-  
tido positivo, configurando o juiz por  
excelência consiente e corajoso, a  
quem as partes recorriam sabendo, de  
antemão, que nenhuma força estran-  
ha ou interesse privado ditariam um  
veredito que não fosse a expressão  
da verdade colhida nos autos. Não  
errará, amanhã, o seu biógrafo, con-  
cluindo que a rigidez em que assim  
o educaram, aprimorando, aliás, pre-  
dicado que lhe era inato, desaconsel-  
hava a carreira política, e talvez por  
isso tenha sido tão curta a sua per-  
manência a seu serviço. O fato é que  
pelo crivo rigoroso daquele juiz da

2ª Vara Federal passaram, por entre  
o tumultuar de paixões políticas, as  
mais relevantes questões de ordem  
constitucional, numa fase em que nu-  
merosas disposições da nossa primei-  
ra carta republicana, mórmente no  
que se relacionava com a discrimina-  
ção de competência dos poderes do  
Estado, despertavam, ainda, acesas  
controvérsias, não despidas, muitas  
vézes, de intenções inconfessáveis.

Na oportunidade, o papel de Pires  
e Albuquerque na construção da dou-  
trina política em suas implicações  
com o texto constitucional, não des-  
merece posta ao nível da ação de Pe-  
dro Lessa e de Rui Barbosa, este pos-  
tulando e aquele sentenciando, am-  
bos com uma clareza que ain-  
da resplende nas nossas letras jurí-  
dicas. Dentre os pronunciamentos  
dessa natureza imorta ressaltar  
aquele em que o juiz Pires e Albu-  
querque escolheu, em 1911, a ação  
proposta contra a União e contra a  
Prefeitura do Distrito Federal por  
intendentes municipais reconhecidos  
e empossados, e, todavia, inopinada-  
mente, impedidos no exercício do seu  
mandato por um absurdo decreto go-  
vernamental que marcava nova elei-  
ção municipal, dissolvendo, conse-  
quentemente, o Conselho então em  
funcionamento. Para avaliar-se o al-  
cance dessa decisão de primeira ins-  
tância, cumpre recordar que, meses  
antes, os interessados haviam obtido  
do Supremo Tribunal, para o mesmo  
terminante efeito, sendo relator o  
Ministro Pedro Lessa, uma ordem de  
habeas corpus, a que o Poder Execu-  
tivo, no entanto, desobedeceu invo-  
cando para o caso a competência es-  
pecífica do Congresso Nacional. Este,  
navegando nas mesmas turvas águas,  
deliberou, por uma das suas Câma-  
ras, a de Deputados, arquivar a men-  
sagem governamental, por entender  
que a mais alta corte do País é que  
invertera, hoje diríamos subvertera, a  
ordem constitucional. Inconformados,  
ingressaram os vereadores na via or-  
dinária, insistindo em que a Justiça  
os amparasse, no que prontamente  
foram atendidos por Pires e Albu-  
querque, para quem, concedida a or-  
dem de habeas corpus, só a poderia  
revogar o próprio Supremo, no seu  
inciso dizer, "o juiz único da sua  
competência e o supremo intérprete  
da Constituição e das leis". Lembra-  
Eduar Costa, de cujas preciosas El-  
mérides Judiciárias extraímos os por-  
menores do episódio, que o Supremo  
confirmou, depois a sentença.

Compreende-se, portanto, que na  
sua ascensão a Ministro fossem co-  
piosos os aplausos, todos concordes  
em que não se tratava de ato go-  
vernamental a que presidisse simples  
preferência ou arbítrio pessoal, porém

de uma indicação a que todo o País concorria desejoso de ver enriquecido o excelso pretório com um elemento de tal quilate. Contudo, na cadeira de julgador demoraria por breve prazo, distinguido pelo Presidente Epitácio Pessoa, na forma da Constituição então vigente, para as árduas funções de Procurador-Geral da República, tanto mais árdua naqueles e nos dias que se seguiram até 1930, porque acrrcidas do dever de sustentar, na instância superior, a acusação aos que se insurgiam contra as instituições, levados, alguns, por ideais respeitáveis, servindo outros de instrumento a ambições políticas desavoradas.

Começou, então, o calvário da sua vida, que foi, afinal, a apoteose da sua carreira. Não o entibaram as ameaças, não o arredaram do seu posto os baldões. Pertencia a uma raça de heróis. A popularidade fácil dos que combatiam, até de armas na mão, uma situação oficial que se prolongava, impopularizando-se através de erros políticos que se amudavam, preferiu a posição espinhosa que a indeclinável confiança dos governantes e o dever íntimo lhe apontavam. Quando a Revolução vitoriosa lhe pediu a cabeça — e mais a de cinco dos seus companheiros do Supremo Tribunal — não teve, com o fato, nenhuma surpresa, nem a amargura pela injustiça foi a ponto de sufocar-lhe na garganta o protesto viril, que logo no dia seguinte ao ato de aposentadoria, fez divulgar pela imprensa.

Por motivo de interesse meu, — confessava então — "por motivo de interesse meu, particular, nunca tive questões, não fiz um inimigo: tive-as, entretanto, inúmeras e renhidas, que me granjearam inúmeros inimizáveis. Todas elas por amor e em defesa dos interesses morais e materiais da Nação, confididos ao meu ministério, nestes últimos onze anos, em que desisti de ser juiz".

Esta última reticência, inserida com ênfase, tinha, em verdade, o seu inteiro cabimento. E' que o ato de aposentadoria não alcançava um juiz, que decidisse, num litígio, entre pretensões válidas, podendo incorrer, conscientemente, em desleio de justiça ou intuidade; corrigido, antes, um *procurador*, representante, na instância suprema, do Ministério Público, e a quem era entregue, por lei, e fora outras atribuições de defesa e patrocínio dos interesses da União, a ação pública até final em todas as causas de competência do Supremo Tribunal.

Fundava-se o ato do governo revolucionário em "imperiosas razões de ordem pública", reclamando "o afastamento de Ministros que se incompatibilizaram com as suas funções, por motivo de moléstia, idade avançada, ou outros da natureza relevante", como no texto declarado. No particular do Ministro Pires e Albuquerque, impossível seria caracterizar-se a circunstância de moléstia ou a de idade avançada. Aos sessenta e cinco anos, estava rijo e bôdo como os que mais o fossem, na sua congruência de julgadores. Nenhuma prova melhor do que a de como os sete mil processos que proferiu, nos mais diversos quesitos, ao longo do seu exercício de Procurador do Ministério Público. Aquela inafidélidade formada não era um prêmio. Era um castigo. E o imprevisto é que na convalescência e corte de tribunação, enquanto os pedidos de exoneração, vinham dos três Presidentes representantes da ordem legal em cujo desamparo se viu a responsabilidade e o sacrifício de erro.

Naquela instantânea de sua adversidade e da sua glória, era supremamente consolador verificar-se que o homem de bem, conduzido, como um réprobo, ao pretório da opinião nacional, podia falar à sua Pátria na simplicidade destas palavras magistrais:

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL  
ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

#### ASSINATURAS

##### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00
Ano .....	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00

##### FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos *idem* preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do *Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional*.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

"Subindo ao Supremo Tribunal os processos instaurados contra os revoltosos de 1922 e de 1924 a 1927, tocou-me acusá-los como representante do Ministério Público. Era o dever imposto pelo cargo e este dever cava de acordo com a minha consciência.

Não desisti dele, e, apesar das ameaças e vexames a que me expunha. Cumpi-o devotadamente, e de o ter cumprido não me arrependo. Acusai-os, tendo diante dos olhos o processo a que responderam, e hoje de novo os acusaria, se de novo voltassem ao Tribunal.

Não exerci contra nenhum deles nenhum ato de perseguição. De alguns, no que não importava quebra do dever, procurei suavizar a condição: Aos que me procuraram sobre interesses atendíveis ligados ao processo, benevolamente recebi e benevolamente atendi. Não empreguei artifícios não retardei julgamentos, não multipliquei recursos protelatórios, não me afastei uma linha do que marcava o dever estrito: Dêzesse acusados, os que, por terem fugido das prisões, foram processados, e condenados como desertores, encontraram no Supremo Tribunal o amparo decisivo da minha palavra: Aos que (e são numerosos), se viram por atos do Governo de 1923 e 1924, privados, em benefício de terceiros, dos lugares que ocupavam na escala, dei-lhes agora, mas naquela mesma ano da acusação, em 1929, a mesma oportunidade, para que se livrassem o mais valioso para o Brasil: a preferência no julgamento.

Tô certo é que não obedeci jamais a outro sentimento senão o sentimento de justiça, que não aconselha perseguições, mas também não tolera condescendências nem fraquezas.

Honra, pois, Sr. Presidente, na celebração do seu centenário, honra ao cidadão insignia, a cujo título poderíamos inscrever estoutro dos seus conceitos lapidários: "Nem haveria grande mérito na fidelidade ao dever se ele não nos expusesse a perigos e vexames". *Quanto bem! Muito bem! Palmas!*

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos.

(Lê o seguinte discurso): Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho, hoje, ocupar a atenção da Casa com um tema muito ligado ao meu coração, sem, contudo, ser estranho à economia de meu Estado e do Brasil.

Recebi, ontem, um telegrama subscrito por inúmeros pescadores da praia onde passei grandes tempos de minha infância e fiz os meus melhores amigos.

Armação de Itapocoró, situada no Município de Penha, no litoral catarinense, é uma das mais belas e acolhedoras praias do nosso país. Essa praia — cantada em prosas e impressões de viajantes do Visconde de Taunay e reconhecida por todos que por lá passaram — só é superada pela nobreza do povo simples e bom que lá habita.

Fala típica dos pescadores. Somos, eu e minha família, uns dos poucos que a chamamos como sítio de recreio. Já vivi os melhores anos de minha infância. A era do turismo, que já chegou às praias vizinhas, ainda não chegou aqui, graças a Deus.

Armação, cuja praia é lambida pela maré da baía e que se dedicava aos seus primeiros moradores, ficou fiel à sua tradição e hoje se constitui centro piscueiro de primeira grandeza. As velhas canoas de velas pendidas foram, com esforço e coragem, substituídas por baldeiras motoriza-

das e a pesca incerta com espinhéis e rédes de arrasto e flutuação deu lugar à produção, em larga escala, de camarões e pescado fino que abastece várias cidades do Estado, Curitiba, São Paulo e Rio. A pericia dos jovens — adquirida na eficiência dos pais e avós — levou-os a tripular a maioria dos barcos de pesca dos armadores de Santos.

Na minha infância, assisti a uma ingente desses pescadores, seu baixo *standard* de vida, seus problemas de alimentação, habitação, educação e saúde.

O fantasma da miséria rondava suas portas.

A produção do camarão transformou o ambiente.

Logo, pela madrugada, o ruído dos motores das quatrocentas lanchas que partem para o mar é o anúncio tranquilizador de que ao meio do dia as cinquenta pequenas salgas estarão beneficiando o produto ao som da cantoria ritmada de moças e senhoras que às dezenas ganha, nesse trabalho, o pão de cada dia.

Dias há em que a grande produção exige que o trabalho fure a noite e, então, é de ver-se o alegre serão das descascadeiras, à luz da energia que, por força de recursos que incluímos — nós os da representação federal catarinense — no Orçamento Geral da União, foi possível levar de Joinville até lá.

O camarão sofre um primeiro beneficiamento nas salgas e vai aos frigoríficos (existem dois na sede do município e um na praia) ou protegido pelo gelo já produzido no local, segue para mercados consumidores próximos.

Em princípio de dezembro, tive ocasião de, em visita ao navio oceano-gráfico Almirante Saldanha, ouvir do seu Comandante, Capitão de Mar e Guerra Paulo Moreira da Silva, as mais alertadoras notícias sobre o futuro da pesca no litoral sul do Brasil. Expandindo-me o plano de viagem de estudos que iria realizar sob os auspícios da UNESCO — com professores e estudantes de vários países, e da qual eu não participo, como observador, por absoluta falta de tempo, disse o grande técnico brasileiro que a região que se estende de Cabo Frio ao Rio Grande do Sul — cujo centro é justamente a região em que se localiza a Praia da Armação de Itapocoró, apresenta condições excepcionais para a pesca. Uma corrente marítima, denominada Corrente do Brasil, que na altura de Cabo Frio se afasta do litoral, para reencontrá-lo no sul do Rio Grande, como que represa as águas que banham essa região e fazem-nas capazes de guardar quantidade imensa da pescada da mais alta qualidade. Por outro lado, o vento nordeste, que sopra comumente nessa região, age como verdadeiro fertilizador de tais águas fazendo com que o "planctum" animal e vegetal se renove, de modo a manter as condições ideais de alimentação, reprodução e conservação da fauna marinha.

O povo de Armação — descendente dos casais açorianos que Portugal despachou há quatro séculos para o Brasil com o objetivo de garantir a posse das terras ao sul da Capitania de São Vicente — soube ser pioneiro na exploração dessa riqueza. Se ainda não utiliza as técnicas mais modernas, a culpa é das organizações de fomento e fomento à indústria pesqueira que nunca lhes ouviram os pedidos de financiamento, muitos dos quais por mim encaminhados. Suas baldeiras, porém, já produzem riqueza com idêntico, já temos exportado algumas partidas de camarão congelado para a América do Norte. O quadro era, pois, confortador. Na Ponta da Vigia, na Laje do Caçô, no Parcelinho, na Estrela — que assim se chamam os principais pesqueiros da região — reinava a calma dos am-

bientes de trabalho honrado. Els que o telegrama que recebi dá notícia de que a tranquilidade deu lugar à apreensão.

O Ministério da Agricultura, pelo seu órgão que cuida do problema, o DIPOA, proibiu o funcionamento das salgas. A medida visa o cumprimento de providências que objetivam a melhoria das condições de trabalho.

Quero, desde logo esclarecer não ser contrário a que o DIPOA exija a melhoria dessas condições. O que não pode nem deve fazer é estabelecer a proibição sem prazo e sem propiciar meios a que seus modestos proprietários cumpram aquelas exigências. A paralisação é intolerável. Virá prejudicar uma população ordeira e provocar a elevação do preço do pescado.

O telegrama, assinado por amigos meus que usam apenas o nome e, alguns, até o apelido, está assim redigido:

"Em virtude da proibição do funcionamento de pequenas salgas trabalham no produto do camarão, os responsáveis, pela actual vida económica local, apelam ao ilustre amigo Interceder junto ao Ministério da Agricultura, DIPOA, a fim de liberar o funcionamento. É dramática situação que o povo vem sofrendo. Cordiais abraços — Nestor, Oliveira, Angélico, Osni, Tavares, Bastinho, Alípio, Arão, Furtado, Fonseca, Benedito, Alcides Leite, Rosa, Antônio, Domingos, Dercisio, Beaventura, Custódio, Martins, Sabata, Zeferino, Emílio, Ulisses, Theodoro, Amaro, Joaquim, Dal-largo."

Espero, Sr. Presidente, que o Sr. Ministro da Agricultura em vista esta denúncia, pois este discurso não é uma reclamação, nem uma queixa, é uma denúncia contra o que faz com a economia, não só da Praia de Armazém de Itapocori, como de vasta região do meu Estado, adote imediatas providências para suspender a proibição e, depois de examinar seriamente o assunto, estabeleça um prazo para que as salgas possam se adaptar às exigências há pouco baixadas; e que também determine que a SUDEPE estabeleça um programa de financiamento, para que esses pescadores possam se aparelhar, de modo a cumprir as exigências da portaria recentemente publicada. *Muito bem! Muito bem! Palmas.*

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Antonio Jucá.

#### O SR. ANTONIO JUCÁ:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, nobres Senadores, foi com surpresa que tomei conhecimento, através da Imprensa, do envolvimento do meu nome como indiciado num IPM de Brasília. Neste momento, Senhores Senadores, não poderia deixar de ocupar a tribuna desta augusta Casa do Congresso, para, em respeito à opinião pública da Nação, ao povo de minha terra e aos eminentes Senadores da República, prestar esclarecimento, sobre os pseudos elementos de culpabilidade que teriam determinado este indiciamento.

Durante pouco mais de um ano fui presidente do IAPI, do mesmo me afastando em fins de 1960.

Cabe-me, desde logo, assinalar: todas as minhas contas foram aprovadas pelo Conselho Fiscal do IAPI, pelo Departamento Nacional de Previdência Social e, finalmente, pelo Egrégio Tribunal de Contas da União.

Eis, Senhores Senadores, na íntegra, o que, contra mim lança o IPM:

a) "ter autorizado a compra de aquecedores de qualidade inferior e posteriormente, a compra de peça acessória que tornou

o produto mais caro que os demais, causando prejuízo aos cofres do Instituto";

b) "ter autorizado o Deputado Carlos Jereissati a dispor dos meios humanos e materiais do IAPI, em Brasília, para construção de obra particular";

c) "ter autorizado o recebimento de obras do IAPI, em Brasília, que estavam sob exigência da fiscalização, por parte de funcionário não especializado, causando, novamente, prejuízos aos cofres do IAPI".

Mas, antes de refutar e destruir cada um dos elementos do libelo, permitam-me os nobres Senadores, para os que não me conhecem de perto, fazer, sem falsa modéstia, rápido esboço retrospectivo de minha vida e dizer a maneira pela qual amigos, clientes e administradores me atraíram para a política.

Laureado pela tradicional Faculdade de Medicina da Bahia, aos vinte e dois anos de idade, abri clínica em Fortaleza, Estado do Ceará, onde, desde o início tive a fortuna de ganhar a confiança da população. Trabalhei em medicina durante 23 anos, tendo, então, a melhor, maior e mais rendosa clínica cardiológica do Nordeste do Brasil. Recebia clientes de Pernambuco até o Acre. Conheci toda a sorte de sucessos científicos e materiais. Fui presidente do Centro Médico Cearense, presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, membro da "American Heart Association" e sou professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará. Estagiei na América do Norte e na Europa. Trabalhos meus foram publicados em inúmeras revistas médicas nacionais e no "Journal of the American Medical Association"; vários tratados de cardiologia americanos citam obras minhas e estampam estatísticas de enfermidades do coração, por mim elaboradas no Brasil.

Atendendo apelos de clientes e amigos, iniciei minhas atividades políticas, pensando poder trabalhar por um Brasil melhor, mais progressista e com mais Justiça Social. Eu, que já havia recebido na vida amplas recompensas científicas e materiais, vi chegado o momento em que juízo de dever pensar menos em mim do que na coletividade.

No IAPI vi a oportunidade de contribuir para a assistência à saúde do trabalhador brasileiro, amparando-o recuperando-o para a indústria e a Nação. Na parte administrativa existia, como ainda existe, completa organização, com chefes e profissionais de responsabilidade. Como em toda autarquia, a presidência recebe os papéis devidamente informados, só lhe competindo deliberar.

Porém, depois de empregar o melhor dos meus esforços e devotamento à causa da Previdência Social, construindo hospitais, habitações para os operários, dinamizando o Departamento de Benefícios, ampliando a assistência médica, equilibrando o orçamento da autarquia, agora vejo, decepção, torpes e aleivosas acusações lançadas contra mim, sem qualquer fundamento. Meu passado de trabalho, de pesquisas científicas, de homem probo na vida pública e particular, minha atuação no IAPI, comprovam minha honrabilidade de hoje e de ontem, respondendo de modo cabal às acusações que me foram dirigidas, à base de conjecturas e presunções que refogem da lógica e da verdade.

Mas, entremos agora diretamente no assunto que nos traz à tribuna desta Casa, analisando, desapassionadamente, os três itens de que me acusa o IPM.

1º "Por ter autorizado a compra de aquecedores de qualidade inferior e posteriormente a com-

pra de peça acessória que tornou o produto mais caro do que os demais, causando prejuízo aos cofres do IAPI."

Ora, Senhor Presidente, a concorrência se realizou com todas as formalidades legais e a compra foi feita pela Comissão competente de engenheiros que deu parecer técnico favorável no tangente à qualidade e por ser o concorrente que ofereceu menor preço. Não cabe ao Presidente do Instituto examinar o material adquirido, bem como a sua qualidade. Esta atribuição compete a órgãos técnicos e regularmente criados para esse fim. A firma Kent, vencedora da concorrência, ainda é uma das maiores empresas no ramo e foi julgada idônea.

Acontece que, posteriormente, havendo explosão de um aquecedor da mesma marca, em construção fora do Instituto, na avenida W-3, o presidente da Comissão de engenheiros, dr. Eltron Teixeira, por precaução e questão de consciência, julgou conveniente dotar os aquecedores identificados, adquiridos pelo IAPI, então já instalados, de válvulas de segurança, que foram comprados à razão de Cr\$ 808 (oitocentos e oito cruzeiros) cada uma. Ainda dentro do período de garantia do fabricante, que era de dois anos, foi feita a reclamação contra a má qualidade do material, e aberto o competente inquérito contra a firma Kent, processo que se encontra na Divisão Jurídica do IAPI.

Os aparelhos apresentaram-se defeituosos seis meses depois do uso; ora, o próprio IPM registra, ainda na época de minha administração, a presença de um técnico e de um representante da Kent, em Brasília, sob solicitação da C.C.B. Isso prova que os engenheiros do IAPI tomaram as devidas providências contra a firma em tempo hábil.

Tudo correu, pois, sem qualquer subterfúgio e dentro das normas legais. Os engenheiros procuraram apenas proteger a vida dos moradores contra possíveis acidentes que poderia causar o aquecedor, munindo-o de dispositivo extra de segurança, que não constara da concorrência inicial e que de boa fé e forma legal fora comprado. A "Comissão de Construção de Brasília", verificada a má qualidade do material dos aquecedores levou a cabo a necessária apresentação contra a firma fornecedora ainda dentro do tempo de garantia dos referidos aparelhos. De minha parte, limitel-me a aprovar pareceres técnicos competentes, de acordo com as normas em vigor. É evidente que nenhuma responsabilidade me cabe pelo defeito dos aquecedores, regularmente adquiridos pelo IAPI. É evidente, também, que a administração desse órgão, tão logo teve conhecimento do defeito, dantes ignorado, adotou providências para sua reparação, bem como para o ressarcimento devido ao Instituto, em processo normal. É evidente, afinal, a absoluta inconsistência da acusação que me faz pelo defeito de tais aquecedores.

2º "Por ter autorizado o Deputado Carlos Jereissati a dispor dos meios humanos e materiais do IAPI em Brasília para a construção de obra particular."

A acusação é leviana e não tem guarida no próprio texto do IPM, pois no sumário de suas investigações, datado de 18.8.64, lê-se: "concluímos depois do confronto entre sua defesa (do dr. Paulo Ferreira) e seu depoimento de fls. 35-37 a existência de pontos de atrito fundamentais, quando no item 2 da defesa modifica a versão de ter sido informado (ao Deputado Carlos Jereissati) pelo Engº Marcus Vinícius para ser autorizado pelos Srs. Antônio de

Queiros Jucá e o Engº Marcus Vinícius Nunes de Brito, como responsáveis pelas ordens recebidas por ele, para prestar assistência técnica na construção da granja do ex-Deputado Carlos Jereissati."

Repete-se: a autorização, se existente, seria tão somente para prestar assistência técnica.

O que se verifica do inquérito é que o Engº Dr. Paulo Ferreira, do IAPI, teria sido procurado pelo então Deputado Carlos Jereissati para lhe dar assistência técnica em uma residência, que estava construindo em Brasília, e com o qual, contratara particularmente, seus serviços por ..... Cr\$ 300.000. O dr. Paulo Ferreira teria se comprometido a prestar tal assistência fora do horário do seu serviço no IAPI.

A presunção seria também no sentido de que a presidência do Instituto então exercida por mim, teria autorizado o Deputado Jereissati a dispor dos meios humanos e materiais do IAPI para a aludida construção.

O que se vê, porém, do inquérito, conforme depoimento do Dr. Paulo Ferreira e relação de despesas feitas, é que nenhum material do IAPI teria sido usado em tal obra, pois, na verdade, nem se compreende de outra forma; aquele Deputado e depois ilustre Senador, teria pago toda a construção, materiais e mão de obra, esta feita com empregados estranhos ao IAPI, conforme a própria documentação anexada ao IPM.

Nenhum tráfico de influência teria sido praticado pelo eminente ex-Senador. Somente teria usado dos serviços de um Engenheiro do IAPI nas suas horas disponíveis, à falta de outro profissional em Brasília.

Com relação a mim, na qualidade de Presidente do IAPI, se nenhuma autorização precisava dar ao mencionado engenheiro, por não se tratar de serviço a ser feito no seu horário da repartição, qualquer referência nesse sentido é destituída de toda procedência, surgindo, assim, sem o menor fundamento, pois nenhuma autorização ou participação de minha parte, direta ou indireta, escrita ou verbal, houve em tal caso. É evidente, portanto, que também quanto a esta segunda imputação, nenhuma base existe no aludido IPM.

3º "Por ter autorizado o recebimento de obras do IAPI em Brasília, que estavam sob exigências da fiscalização, por parte de funcionários não especializados, causando novamente prejuízo aos cofres do IAPI".

Esta falsa conclusão deriva do termo do interrogatório de funcionários que não é técnico em administração e confundiu a nuvem com Junho. Com efeito, esquece o indiciante que, de acordo com uma das cláusulas do próprio contrato firmado entre o IAPI e as firmas construtoras, a última prestação só podia ser paga quando o engenheiro fiscal e o engenheiro residente atestassem, através N.E.S. (Nota de Execução de Serviço) a aceitação final da obra e, portanto, desse, a respectiva fiscalização técnica, o prédio como acabado. Ademais, ainda fica retida no IAPI uma caução que responde por qualquer defeito verificado a posteriori. Cumpre, finalmente, acrescentar que os prédios foram pessoalmente recebidos pelo próprio Presidente da C.C.B. (Comissão de Construção de Brasília), Dr. Eltron Teixeira, em presença do Dr. Isaac Schastrowitch, engenheiro fiscal das Superquadras 408-410. Tudo obedeceu, pois, estritamente, às normas legais.

O que, em verdade, houve foi, simplesmente, atendendo sugestão da C.C.B., a nomeação de um "prefeito" (Sr. Jefferson de tal) encarregado geral da vigilância e manutenção da ordem nas Superquadras 409 e 410, em face de invasões que re-



anunciavam ameaçadoras e iminentes, e sob cuja responsabilidade ficavam os prédios, até que as pessoas às quais estavam atribuídos os apartamentos viessem ocupá-los. Representava o "Prefeito" o primeiro núcleo da Carteira Imobiliária do IAPI em Brasília. Esse "prefeito" jamais recebeu obras diretamente de construtores, mas sim da "Comissão de Construção de Brasília". Apesar das providências tomadas, não se evitou, em face do clima psicológico da época, que apartamentos das Superquadras 409 e 410 fossem por duas vezes invadidos e depredados por famílias e funcionários federais, sem alojamento nesta Capital. O fato foi amplamente noticiado pela imprensa, sendo as devidas providências tomadas junto à Polícia.

A guarda, daquela forma imaginada em proteção dos apartamentos, produziu seus bons efeitos, pois não existisse ela, outros apartamentos teriam sido invadidos e depredados. Provado assim ficou que as obras foram recebidas por quem de direito, vale dizer, pelos engenheiros da C.C.B., tudo correndo dentro das tramitações legais. E, ainda mais, todas as medidas foram tomadas para a salvaguarda do patrimônio da Autarquia.

É evidente, em conclusão, que as três acusações contra mim articuladas nesse IPM não têm a menor comprovação nos fatos investigados. São verdadeiramente imaginárias, despidas de qualquer motivação, formuladas ao sabor de raciocínio especiosos, falhas de lógica e arbitrariedades.

Em face de minha vida pregressa e da atuação que tenho mantido nesta Casa e em respeito aos nobres Senadores e ao povo, vejo-me no dever de prestar estas explicações, a fim de que a verdade continue sobrepondo-se diante dos fatos e dos homens, de modo a se manter imunes, aos ataques injustos, a honorabilidade dos que a possuem e a devotam, como tenho procurado fazer, ao serviço da causa pública e da Pátria.

Sou homem tranquilo e continuo disposto a oferecer ao meu País o esforço dos meus estudos e trabalhos, confiante no predomínio da Lei, do Direito e, sobretudo, nas sábias e impessoais decisões da Justiça.

(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

#### Requerimento nº 23, de 1964

De acordo com o art. 212, alínea "1" do Regimento Interno, requerimento ao Projeto de Lei da Câmara número 307, de 1964, seja remetido também à Comissão de Economia.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 1965. — José Ermírio.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência da aprovação do requerimento ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 307, de 1964, será remetido, também, à Comissão de Economia.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esta nada a hora do expediente.

Passa-se à

#### ORDEN DO DIA

#### COMPARTILHA MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard  
Oscar Passos  
Arthur Virgílio  
Zacharias de Assumpção  
Cateta Pinheiro  
Sebastião Archer

Joaquim Parente  
João Agripino  
Barros Carvalho  
Arnon de Melo  
Heribaldo Vieira  
Josaphat Marinho  
Lopes da Costa  
Flinto Muller  
Mello Braga — 15

#### ORDEN DO DIA

Item 1:

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 109, de 1964 (número 4.866-B-62, na Casa de origem) que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências, tendo pareceres (sob número, 1.647, e 1.648, de 1964) das Comissões de Serviço Público Civil, favorável, com a emenda que oferece, sob nº 1-CSPC; e de Finanças, pela aprovação.*

A discussão do Projeto, com emenda, foi encerrada na sessão anterior. A votação do Projeto deverá ser feita em escrutínio secreto, sem prejuízo da emenda.

Vai-se proceder à apuração. (Pausa)

Votaram "SIM", 18 Srs. Senadores; votaram "Não", 3 Srs. Senadores.

Não há número para a votação. Vai-se proceder à chamada, que será feita do Norte para o Sul.

Procede-se à chamada

#### RESPOSTA À CHAMADA OS SRS. SENADORES:

José Guimard.  
Oscar Passos.  
Edmundo Levi.  
Lobão da Silveira.  
Eugênio Barros.  
Sebastião Archer.  
Menezes Pimentel.  
Antônio Jucá.  
Walfrido Gurgel.  
Ruy Carneiro.  
Argemiro de Figueiredo.  
João Agripino.  
Barros Carvalho.  
Ermírio de Moraes.  
Heribaldo Vieira.  
José Leite.  
Josaphat Marinho.  
Jefferson de Aguiar.  
Eurico Rezende.  
Afonso Arinos.  
Aurélio Vianna.  
Faria Tavares.  
Benedicto Valladares.  
Nogueira da Gama.  
Padre Calazans.  
Moura Andrade.  
José Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Mello Braga.  
Antônio Carlos.  
Guido Mondim.  
Daniel Krieger.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Responderam à chamada 32 Srs. Senadores. Não se verificou quorum para a votação. Ficam, pois, adiados para a próxima Sessão as matérias constantes dos itens 1, 2 e 3 da pauta de hoje, todas em fase de votação.

Passa-se ao item 4:

*Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1964, de autoria do Senhor Senador Sebastião Archer, que autoriza a emissão de selo postal em comemoração do centenário de Gonçalves Dias, tendo pareceres favoráveis, sob números 1.584 e 1.585, de 1964, das Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.*

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa).

Encerrada. Não havendo emenda, nem requerimento no sentido de que o projeto seja submetido a voto, é ele dado como definitivamente aprovado, independentemente de votação, nos termos do disposto no art. 272, "a", do Regimento. A matéria trará à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 1964

*Autoriza a emissão de selo postal, em comemoração do centenário de Gonçalves Dias.*

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir uma série de selos postais comemorativos do transcurso do 1º Centenário de morte de Gonçalves Dias.

Art. 2º Os selos postais a que se refere o art. 1º, representarão a effigie do homenageado.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando os Senhores Senadores para uma extraordinária, hoje, às 21 horas e 30 minutos, com a seguinte

#### ORDEN DO DIA

1

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 1964

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1964 (nº 4.866-B-62), na Casa de origem), que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais e dá outras providências, tendo pareceres sob ns. 1.647 e 1.648 de 1964 das Comissões de Serviço Público Civil, favorável com a emenda que oferece sob nº 1-CSPC; e de Finanças, pela aprovação.

2

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 234, DE 1964

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 234, de 1964, nº 588-B-59, na Casa de origem, que assegura subvenção mínima anual ao Centro Brasileiro de Pesquisas e de outras providências, tendo pareceres sob ns. 1.545 e 1.546, de 1964, das Comissões: de Educação e Cultura favorável; de Finanças, pela rejeição.

3

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1964

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1964, de autoria do Senador Antônio Carlos que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra ao Município de Itajaí em Santa Catarina, tendo pareceres sob ns. 1.164 e 1.165, de 1964, das Comissões: de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; de Finanças, favorável.

4

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1964

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1964, originário da Câmara dos Depu-

tados (nº 129-A-64 na Casa de origem) que mantém ato do Tribunal de Contas da União que negou registro a contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas, tendo pareceres favoráveis (ns. 1.650 e 1.651, de 1964) das Comissões:

— de Constituição e Justiça e  
— de Finanças.

5

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 1964

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (N. 3-A-63, na Casa de origem) que aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria S.A., tendo pareceres favoráveis (sob ns. 1.469 e 1.470, de 1964) das Comissões:

— de Constituição e Justiça e  
— de Finanças

6

#### ESCOLHA DO DIRETOR-GERAL DO DFEP

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Mensagem nº 5 (número de origem 1-65), pela qual o Sr. Presidente da República submeteu ao Senado a escolha do Sr. General Riograndino Kruehl para o cargo, em comissão, de Diretor Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.

7

#### ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CASA DA MOEDA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem nº 7 (nº de origem 3-65), pela qual o Senhor Presidente da República submeteu ao Senado a escolha dos Srs. Nelson de Almeida Brum para o cargo de Diretor-Executivo da Casa da Moeda e dos Senhores Alcir Costa Fernandes, Wilberto Luiz Lima, Lourenço Guimarães Monteiro, Henrique Alves de Minas e Jesuino de Freitas Ramos para integrarem o Conselho Deliberativo daquele órgão.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 5 minutos)

#### ATA DA 12ª SESSÃO, EM 17 DE FEVEREIRO DE 1965

(Extraordinária)

#### PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 21 hs. e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

José Guimard  
Oscar Passos  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Zacharias de Assumpção  
Lobão da Silveira  
Eugênio Barros  
Joaquim Parente  
Siegfredo Pacheco  
Menezes Pimentel  
Antônio Jucá  
Wilson Gonçalves  
Dix Hult Rosado  
Dinarte Mariz  
Walfrido Gurgel  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo

João Agripino  
Ermírio de Moraes  
Arnon de Melo  
Aloysio de Carvalho  
José Leite  
Jefferson de Aguiar  
Eurico Rezende  
Afonso Arinos  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Faria Tavares  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Mello Braga  
Antônio Carlos  
Guido Mondim  
Daniel Krieger

#### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declarou aberta a sessão.

Val ser lida a ata

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido. Sobre a mesa projeto de resolução que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

#### Projeto de Resolução nº 20 de 1964

Exonera, a pedido, Maria Margarida de Alcântara Pellizzaro, Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' exonada, a pedido, de acordo com o artigo 85, letra "c", item 2, do Regimento Interno, do cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Maria Margarida de Alcântara Pellizzaro.

#### Justificação

O presente projeto de resolução objetiva conceder exoneração, a pedido, de Maria Margarida de Alcântara Pellizzaro, que requereu seu desligamento do Quadro da Secretaria do Senado Federal. E' em obediência ao disposto no artigo 85, letra "c", item 2, do Regimento Interno, que a Comissão Diretora apresenta o aludido projeto.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 1965. — Camillo Nogueira da Gama. — Dinarte Mariz. — Gilberto Marinho. — Joaquim Parente. — Guido Mondim.

#### O SR. PRESIDENTE:

O projeto que acaba de ser lido, de autoria da Comissão Diretora, será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Não há oradores inscritos. Não havendo quem queira usar da palavra, passarei à

#### ORDEM DO DIA COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Cattete Pinheiro.  
Sebastião Archer.  
Barros Carvalho.  
Heribaldo Vieira.  
Josaphat Marinho.  
Padre Calazans.  
Pedro Ludovico.  
Lopes da Costa.  
Mem de Sá. — (9).

Item nº 1:

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei da

Câmara nº 109, de 1964 (número 4.866-B-82, na Casa de origem), que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais e dá outras providências, tendo Pareceres sob nºs 1.647, e 1.648 de 1964, das Comissões: de Serviço Público Civil, favorável com a emenda que oferece sob nº 1 — CSPC; e de Finanças, pela aprovação.

A discussão do Projeto, com a emenda, foi encerrada na sessão de ontem. A matéria foi submetida à votação na sessão ordinária de hoje, sendo retirada por inexistência de quórum. Volta, por esta razão, à Ordem do Dia.

Em votação o projeto, em escrutínio secreto, sem prejuízo da emenda. Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa).

Val-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram sim 35 Senhores Senadores; votaram não 7 Senhores Senadores. Houve uma abstenção. O projeto foi aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 1964

(Nº 4.866-B, DE 1962, NA ORIGEM)  
Cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' criada na 3ª Região da Justiça do Trabalho uma Junta de Conciliação e Julgamento com sede na Cidade de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, e jurisdição sobre

a respectiva Comarca e as de Pirapora, Januária e Francisco Sá, no mesmo Estado.

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior, são criados 1 (um) cargo de Juiz do Trabalho Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, 1 (um) de Suplente de Juiz de Conciliação e Julgamento, 2 (duas) funções de Vogal, sendo uma para a representação de empregados e outra para a de empregadores.

§ 1º Haverá um suplente para cada Vogal.

§ 2º Os vencimentos dos cargos e a gratificação das funções referidas neste artigo serão fixados pela Lei número 3.414, de 20 de junho de 1958 e com as alterações competentes das Leis ns. 3.531, de 19 de janeiro de 1959, 3.780, de 12 de julho de 1960 e 3.826, de 23 de novembro de 1960.

Art. 3º Os mandatos dos Vogais da Junta de que trata o art. 1º terminará simultaneamente com os dois titulares das demais Juntas do Estado de Minas Gerais atualmente em curso.

Art. 4º Ficam criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 3ª Região, para a lotação na Junta de Conciliação e Julgamento criada por esta lei, os cargos constantes da tabela anexa.

Art. 5º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região promoverá a instalação da Junta ora criada.

Art. 6º E o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região — o crédito especial até a importância de Cr\$ 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros), para atender às despesas oriundas da presente lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 26 de agosto de 1964.

#### TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 4º DESTA LEI TERCEIRA REGIÃO — J.C.J. DE MONTES CLAROS ESTADO DE MINAS GERAIS

Número de Cargos	Cargos	Padrão ou Classe
1	Chefe de Secretaria .....	K
1	Oficial de Justiça .....	G
2	Auxiliares Judiciais .....	E
1	Servente .....	C

Resumo da previsão orçamentária para um exercício financeiro da Junta proposta, inclusive as despesas de custeio e investimentos.

Número de Ordem	Discriminação	Importâncias anuais Cr\$
1	Pessoal Judiciante e administrativo .....	2.565.000,00
2	Substituições .....	100.000,00
3	Salário-família .....	60.000,00
4	Gratificação adicional .....	60.000,00
5	Artigos de expediente, etc. ....	70.000,00
6	Materiais de Limpeza, etc. ....	20.000,00
7	Vestuário, uniformes, equipamentos, etc. ....	7.000,00
8	Materiais bibliotecários em geral, etc. ....	30.000,00
9	Materiais bibliotecários em geral, etc. ....	200.000,00
10	Assinatura de órgãos oficiais ..	5.000,00
11	Iluminação, força motriz e gás ..	8.000,00
12	Serviços de asseio e higiene, etc.	18.000,00
13	Reparos e adaptações de bens móveis .....	25.000,00
14	Publicações, serviços de impressão, etc. ....	16.000,00
15	Telefones, telegramas, etc. ....	7.000,00
16	Aluguel ou arrendamento de imóveis .....	200.000,00
17	Despesas miúdas de ponto pagamento .....	20.000,00
18	Máquinas, motores e aparelhos ..	100.000,00
	Soma .....	3.500.000,00

Fonte de Informação: Tribunal Superior do Trabalho.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

Val-se proceder à contagem. — (Pausa)

Votaram sim 29 Srs. Senadores; votaram não 7 Srs. Senadores. Houve 2 abstenções.

A emenda foi aprovada.

E' a seguinte a emenda aprovada:

#### EMENDA Nº 1 (C.S.P.C.)

Dê-se a Tabela a que se refere o art. 4º, anexa ao projeto, a seguinte redação:

"Tabela a que se refere o art. 4º, desta lei.

Terceira Região: J.C.J. de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A matéria vai à Comissão de Redação.

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 234, de 1964, nº 588-B-59, na Casa de origem, que assegura subvenção mínima anual ao Centro Brasileiro de Pesquisas e dá outras providências tendo Pareceres sob números 1.545 e 1.546, de 1964, das Comissões: de Educação e Cultura, favorável; de Finanças, pela rejeição.

A discussão do projeto foi encerrada na sessão de ontem.

A votação deverá ser feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Em votação, (Pausa)

(Procede-se à votação)

Val-se proceder à contagem. — (Pausa)

Votaram "não" 25 Srs. Senadores e 11 "sim". Houve 3 abstenções.

O projeto foi rejeitado. Será arquivado, fazendo-se a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

E' o seguinte o projeto rejeitado.

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 234, DE 1964

(Nº 588-B-59, na Câmara)

Assegura subvenção mínima anual ao Centro Brasileiro de Pesquisas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' assegurado ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas com sede no Distrito Federal, auxílio anual nunca inferior a Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) incluído no Orçamento do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. O auxílio referido neste artigo será concedido mediante a assinatura de convênio anual, e só será paga se a houver prestação de quantia recebida no exercício anterior.

Art. 2º O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas prestará à Comissão Supervisora de Plano dos Institutos (COSUPI), do Ministério da Educação e Cultura, toda a colaboração que lhe for solicitada, no campo específico da sua atividade, com o objetivo de rapidamente melhorar o ensino da matemática e da física nas escolas brasileiras de ciências e de tecnologia.

Art. 3º O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas reservará, de sua subvenção anual, mencionada no Art. 1º uma parcela, nunca inferior a 3% (três por cento), para constituir um Fundo de Bolsas a serem concedidos, mediante indicação da COSUPI a professores ou assistentes de disciplinas científicas das escolas ou faculdades brasileiras de ciência ou tecnologia que desejem estagiar, em regime de tem-

po integral, nos serviços do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Parágrafo único. Ao fim de cada exercício financeiro, o saldo deste Fundo, descontadas as parcelas já empenhadas, será incorporado automaticamente ao patrimônio do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

#### C. SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1964, de autoria do Senador Antônio Carlos que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra ao Município de Itajai em Santa Catarina, tendo pareceres sob números 1.164 e 1.165, de 1964, das Comissões: de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; de Finanças, favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto voltará à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

E' o seguinte o projeto aprovado.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a doar área de terra no Município de Itajai, em Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Itajai, a área de terras adjacentes ao prédio dos Correios e Telégrafos, sito naquela cidade.

Parágrafo único. A área de terras a que se refere a presente lei, de 1.249,63 m<sup>2</sup>, confronta-se com os Correios e Telégrafos com 21,45 m; com a rua Gil Stein Ferreira, com 60,83 m; com a travessa 24 de maio, com 24,47 m; e com a rua Edmundo Heusi, com 53,32 m.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 42, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (número 129-A-84 na Casa de origem) que mantém ato do Tribunal de Contas da União que negou registro a contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas, tendo pareceres favoráveis (números 1.650 e 1.651, de 1964) das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Irã à Comissão de Redação.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1964

(Nº 129-A, de 1964, na origem) Mantém ato do Tribunal de Contas da União que negou registro a contrato celebrado entre

a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido ato do Tribunal de Contas da União que negou registro a contrato celebrado a 31 de dezembro de 1963, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas, para aplicação da verba de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros), destinada a despesas com a localização de pequenos agricultores e criadores nos campos gerais de Pucari.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 1964, originário da Câmara dos Deputados nº 3-A-63, na Casa de origem, que aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A., tendo pareceres favoráveis (sob números 1.469 e 1.470, de 1964) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando discuti-lo, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Irã à Comissão de Redação.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 1964

(Nº 3-A, de 1963, na origem)

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o termo editivo ao contrato celebrado, em 7 de novembro de 1961, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A., para exclusão de parte, de serviços indicados na cláusula primeira, do Entrepote de Pesca em São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

#### ESCOLHA DO DIRETOR GERAL DO DFSP

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Mensagem nº 5 (nº de origem 1-65), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. General Riograndino Kruei para o cargo, em comissão, de Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.

#### ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CASA DA MOEDA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem nº 7 (nº de origem 3-65), pela qual o Sr. Pre-

sidente da República submete ao Senado a escolha dos Srs. Nelson de Almeida Brum para o cargo de Diretor-Executivo da Casa da Moeda e dos Srs. Aírc Costa Fernandes, Wilberto Luiz Lima, Lourenço Guimarães Monteiro, Henrique Alves de Minas e Jesuino de Freitas Ramos para integrarem o Conselho Deliberativo daquele órgão.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — As matérias constantes dos dois últimos itens da Ordem do Dia, devem ser votadas em sessão secreta, na forma do Regimento.

Solicito aos funcionários da Mesa que tomem as providências de direito nesse sentido.

(A sessão transforma-se em secreta às 22 horas e 10 minutos e volta a ser pública às 22 horas e 30 minutos).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está reaberta a sessão pública. Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 18 de fevereiro de 1965

(Quinta-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 20, de 1935, de autoria da Comissão Diretora, que exonera, a pedido, Maria Margarida de Alcantara Pellizzaro, Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 71, de 1964 que suspende a execução da Lei nº 514, de 12 de dezembro de 1952, do Estado da Bahia, que criou o município de Ubatã, naquele Estado, considerada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 1.404, de 1964).

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 72, de 1964 que suspende a execução do inciso VII, do art. 2º, do Código de Impostos e Taxas de São Paulo, julgado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 1.405, de 1964).

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 73, de 1964, que suspende a execução do art. 1º, § 2º, do Decreto-lei do Estado do Paraná nº 650, de 20 de junho de 1947 (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 1.406, de 1964).

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74, de 1964 que suspende a execução da Lei nº 158, de 10 de novembro de 1948 do Estado de Santa Catarina (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 1.407, de 1964).

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 543, de 6 de março de 1953, do Estado da Bahia, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (projeto

apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.408, de 1964).

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 76, de 1964, que suspende, em parte, a execução da Lei Municipal nº 583, de 1950, do Distrito Federal declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.409, de 1964).

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 77, de 1964 que suspende a execução do artigo 163, da Lei nº 140, de 22 de dezembro de 1948, do Estado da Bahia julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.410, de 1964).

9

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 78, de 1964 que suspende a execução das Leis ns. 544, de 6 de março de 1953; 503, de 8 de novembro de 1952 e 508, de 6 de março de 1955, do Estado da Bahia, julgadas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.411, de 1964).

10

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 79, de 1964, que suspende, em parte, a execução do Decreto nº 8.255 de 23 de abril de 1937, do Estado de São Paulo, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer número 1.412, de 1964).

11

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 31, de 31 de janeiro de 1955 do Estado do Paraná, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.413, de 1964).

12

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 81, de 1964, que suspende a "cobrança do imposto sobre transações", feita pela Fazenda de São Paulo, com base na legislação tributária Estadual, considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer número 1.414 de 1964).

13

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 82, de 1964 que suspende a execução da Lei nº 15, de 28 de julho de 1950, do Estado do Paraná, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.415, de 1964).

14

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 83, de 1964 que suspende a execução do Decreto número 29.425 de 2 de maio de 1930, do Estado do Paraná julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.416, de 1964).

15

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 84, de 1964, que suspende a execução do artigo 3º da

Lei nº 3.371 de 23 de janeiro de 1959, do Estado de Pernambuco, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.417, de 1964).

16

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85, de 1964, que suspende a execução do artigo nº 169, da Constituição do Estado de Minas Gerais, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.418, de 1964).

17

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 86, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como

conclusão de seu Parecer nº 1.419, de 1964).

18

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 87, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 67, de 23 de novembro de 1960, do Município de Itapeva, Estado de São Paulo, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.435, de 1964).

19

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 92, de 1964, que suspende a execução das Leis Estaduais de Santa Catarina de ns: 1.504 e 253, ambas de 29 de setembro de 1958, julgadas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.940, de 1964).

20

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 93, de 1964, que

suspende a execução da Lei nº 271, de 3 de dezembro de 1956, do Estado de Santa Catarina, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.441, de 1964).

21

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 1965, que suspende a execução do artigo 20 do Decreto-lei nº 544, de 28 de julho de 1945, do Estado da Bahia, que faz acréscimo de cinquenta por cento (50%) nas taxas relativas às heranças ou legados gravados com a cláusula de inalienabilidade, fideicomisso ou usufruto, considerado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (projeto apresentado como conclusão do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 45, de 1965).

22

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1964, de autoria do Sr. Senador An-

tônio Carlos que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra ao Município de Itajaí, em Santa Catarina, tendo Pareceres, sob ns. 1.164 e 1.165, de 1964, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e de Finanças, favorável.

23

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 325, de 1964 nº 2.484-B-64, na Casa de origem, de iniciativa do Poder Executivo, que concede isenção de impostos de importação e de consumo taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares, para um automóvel com transmissão automática a ser adquirido pelo Engenheiro da Petrobrás, Florivaldo Freire de Faria, tornado inválido em consequência de acidente sofrido em serviço, tendo Parecer favorável sob nº 30, de 1965, da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 45 minutos).

**COMISSÕES PERMANENTES****MESA**

- Presidente — Moura Andrade (PSD)  
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)  
 1.º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)  
 2.º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)  
 3.º Secretário — Adalberto Sena (PTB)  
 4.º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)  
 1.º Suplente — Joaquim Parente (UDN)  
 2.º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)  
 3.º Suplente — Heribaldo Vieira (Sem legenda — BPI)

**REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA****PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes**

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Guionard — Acre          | 12. Antônio Balbino — Bahia         |
| 2. Lobão da Silveira — Pará      | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo  |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão     | 14. Gilberto Marinho — Guanabara    |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão   | 15. Moura Andrade — São Paulo       |
| 5. Victorino Freire — Maranhão   | 16. Atílio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí     | 17. Guido Mondim — R. G. Sul        |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará      | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gonçalves — Ceará      | 19. Filinto Müller — Mato Grosso    |
| 9. Walfrido Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás          |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba       | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás    |
| 11. Leite Neto — Sergipe         | 22. Pedro Ludovico — Goiás          |

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes**

- |                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| 1. Adalberto Sena — Acre            | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco       |
| 2. Oscar Passos — Acre              | 11. José Ermírio — Pernambuco            |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas          | 12. Silvestre Péricles — Alagoas         |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas          | 13. Vasconcellos Torres — Rio de Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas       | 14. Nelson Maculan — Paraná              |
| 6. Antônio Jucá — Ceará             | 15. Meilo Braga — Paraná                 |
| 7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte    | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais         |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso           |

**UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 15 representantes**

- |                                   |  |
|-----------------------------------|--|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará  | 9. Padre Calazans — São Paulo          |
| 2. Joaquim Parente — Piauí        | 10. Adolpho Franco — Paraná            |
| 3. José Cândido — Piauí           | 11. Irineu Cornhauser — S. Catarina    |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. do Norte | 12. Antônio Carlos — S. Catarina       |
| 5. João Agripino — Paraíba        | 13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul |
| 6. Rui Palmeira — Alagoas         | 14. Milton Campos — Minas Gerais       |
| 7. Eurico Rezende — E. Santo      | 15. Lopes da Costa — Mato Grosso       |

**PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes**

- |                                |                             |
|--------------------------------|-----------------------------|
| 1. Aloysio de Carvalho — Bahia | 2. Mem de Sá — R. G. do Sul |
|--------------------------------|-----------------------------|

**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes**

- |                            |                             |
|----------------------------|-----------------------------|
| 1. Cattete Pinheiro — Pará | 2. Lino de Matos — S. Paulo |
|----------------------------|-----------------------------|

**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes**

- |                             |                                 |
|-----------------------------|---------------------------------|
| 1. Raul Gluberti — E. Santo | 2. Miguel Couto — R. de Janeiro |
|-----------------------------|---------------------------------|

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante**

- |                              |
|------------------------------|
| 1. Aurélio Viana — Guanabara |
|------------------------------|

**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante**

- |                                      |
|--------------------------------------|
| 1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro |
|--------------------------------------|

**PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante**

- |                          |
|--------------------------|
| 1. Júlio Leite — Sergipe |
|--------------------------|

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC) — 1 representante**

- |                            |
|----------------------------|
| 1. Arnon de Melo — Alagoas |
|----------------------------|

**SEM LEGENDA**

- |                             |                               |
|-----------------------------|-------------------------------|
| 1. Josaphat Marinho — Bahia | 2. Heribaldo Vieira — Sergipe |
|-----------------------------|-------------------------------|

**RESUMO**

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	15
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
<b>Total</b>	<b>64</b>
Sem legenda	2
<b>Total</b>	<b>66</b>

**BLOCOS PARTIDARIOS****Bloco Parlamentar Independente**

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores
<b>Total</b>	<b>10 Senadores</b>

**LIDERANÇAS**

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

**BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE**

Líder: Lino de Matos (PTN)	Júlio Leite — (PR)
Vice-Líderes:	Josaphat Marinho (sem legenda)
Aurélio Viana (PSB)	Aarão Steinbruch (MTR)
	Miguel Couto (PSP)
	Arnon de Melo (PDC)

**II — PARTIDOS****PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)**

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves  
Sigefredo Pacheco  
Walfrido Gurgel**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)**

Líder: Arthur Virgílio

Vice-Líderes:

Bezerra Neto  
Oscar Passos  
Antônio Jucá**UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)**

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende  
Adolpho Franco  
Padre Calazans  
Lopes da Costa**PARTIDO LIBERTADOR (PL)**Líder: Mem de Sá  
Vice-Líder: Aloysio de Carvalho**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA**Líder: Miguel Couto  
Vice-Líder: Raul Gluberti**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)**Líder: Lino de Matos  
Vice-Líder: Cattete Pinheiro**III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE****MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)**

Representante: Aarão Steinbruch

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC)**

Representante: Arnon de Melo

**PARTIDO REPUBLICANO (PR)**

Representante: Júlio Leite

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)**

Representante: Aurélio Viana

**AGRICULTURA**

Presidente — Senador José Ermírio (PTB)

Vice-Presidente — Senador Eugênio Barros (PSD)

**COMPOSIÇÃO****PSD**Titulares  
Eugênio Barros  
José Feliciano

Suplentes

1. Atílio Fontana  
2. Benedito Valladares**PTB**Titulares  
José Ermírio  
Dix-Huit Rosado

Suplentes

1. Meilo Braga  
2. Argemiro de Figueiredo**UDN**Titulares  
Lopes da Costa  
Antônio Carlos

Suplentes

1. Daniel Krieger  
2. João Agripino**B.P.I.**Titulares  
Júlio Leite

Suplentes

Raul Gluberti (PSP)

Secretário — José Ney Dantas.  
Reuniões: — quintas-feiras, às 10 horas



**CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Presidente — Afonso Arinos (UDN)  
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

**COMPOSIÇÃO****PSD**

Antônio Balbino  
Aloysio de Carvalho (PL)  
Afonso Arinos  
Milton Campos (\*)  
Jefferson de Aguiar  
Titulares  
Ruy Carneiro

Suplentes  
Suplentes  
1. Menezes Pimental  
2. Leite Neto  
3. José Feliciano  
4. Filinto Müller

**PTB**

Titulares  
Edmundo Levi  
Bezerra Neto  
Arthur Virgílio

Suplentes  
1. Argemiro de Figueiredo  
2. Oscar Passos  
3. Melo Braga

**UDN**

Suplentes  
Titulares  
Titulares

1. Daniel Krieger  
2. João Agripino  
3. Eurico Rezende

**B.P.I.**

Titulares

Suplentes

Josapha Marinho (sem legenda) Aarão Steinbruch (MTR)  
Secretária — Maria Helena Bueno Brandão.  
Reuniões — quartas-feiras às 16 horas

**DISTRITO FEDERAL**

PRESIDENTE: Senador Aurélio Vianna

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Ludovico

Titulares

Suplente.

Pedro Ludovico  
Filinto Müller

P. S. D.

José Feliciano  
Walfredo Gurgel

P. T. B.

Melo Braga  
Antônio Jucá

U. D. N.

Zacharias de Assumpção  
Lopes da Costa

B. P. I.

Lino de Mattos

Aurélio Vianna

SECRETÁRIO: Aracy O'Reilly de Souza

REUNIÕES: 5ª-feiras — às 16,00 horas

**ECONOMIA**

Presidente — Leite Neto (PSD)  
Vice-Presidente — José Ermírio (PTB)

**COMPOSIÇÃO****PSD**

Titulares

Suplentes

Leite Neto  
Atílio Fontana  
José Feliciano

1. Jefferson de Aguiar  
2. Sigefredo Pacheco  
3. Sebastião Archer

**PTB**

Titulares

Suplentes

José Ermírio  
Melo Braga

1. Bezerra Neto  
2. Oscar Passos

**UDN**

Suplentes

Titulares

Adolpho Franco  
Lopes da Costa  
Irineu Bornhausen

1. José Cândido  
2. Zacharias de Assumpção  
3. Mem de Sá (PL)

**B.P.I.**

Titulares

Suplentes

Miguel Couto (PSP)  
Secretária — Aracy O'Reilly.  
Reuniões — quintas-feiras às 15,30.

Aurélio Vianna (PSE)

**EDUCAÇÃO E CULTURA**

Presidente — Menezes Pimental (PSD)  
Vice-Presidente — Padre Calazans (PTB)

**COMPOSIÇÃO****PSD**

Titulares

Suplentes

Menezes Pimental  
Sigefredo Pacheco

1. Benedito Valladares  
Walfredo Gurgel

(\*) Licenciado. Substituído pelo Sr. Eurico Rezende.

**PTB**

Pessoa de Queiroz  
Antônio Jucá

1. Edmundo Levi  
2. Vivaldo Lima

**UDN**

Suplentes

Padre Calazans  
Mem de Sá (PL)

1. Afonso Arinos  
2. Milton Campos

**B.P.I.**

Titulares

Suplentes

Josaphat Marinho (sem legenda) Lino de Mattos (PTN)  
Secretária — Vera Alvarenga Mafra.  
Reuniões — quarta-feiras às 16 horas.

**FINANÇAS**

Presidente — Argemiro de Figueiredo (PTB)  
Vice-Presidente — Daniel Krieger (UDN)

**COMPOSIÇÃO**

Titulares

Suplentes

**PSD****PSD**

Victorino \*meire  
Lobão da Silveira  
Sigefredo Pacheco  
Wilson Gonçalves  
Leite Neto

1. Atílio Fontana  
2. José Guilomard  
3. Eugênio Barros  
4. Menezes Pimental  
5. Pedro Ludovico

Titulares

Suplentes

**PTB****PTB**

Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Antônio Jucá

1. José Ermírio  
2. Edmundo Levi  
3. Melo Braga  
4. Oscar Passos

Titulares

Suplentes

**UDN****UDN**

Dante Krieger  
Irineu Bornhausen  
Eurico Rezende

1. Milton Campos  
2. João Agripino  
3. Adolfo Franco

Titular

Suplente

**PL****PL**

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

Titulares

Suplentes

**BPI****BPI**

Lino de Mattos (PTN)  
Aurélio Vianna (PSB)

1. Júlio Leite (PR)  
2. Josaphat Marinho  
(sem legenda)

Secretário — Hugo Rodrigues Figueiredo  
Reunião — quartas-feiras, às 10 horas

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Presidente — Senador José Feliciano (PSD)

Vice-Presidente — Senador Nelson Maculan (PTB)

**COMPOSIÇÃO****PSD**

Titulares

Suplentes

José Feliciano  
Atílio Fontana

Lobão da Silveira  
Sebastião Archer

**PTB**

Nelson Maculan  
Barros de Carvalho

Vivaldo Lima  
Oscar Passos

**UDN**

Adolpho Franco  
Irineu Bornhausen

Lopes da Costa  
Eurico Rezende

**B.P.I.**

Aarão Steinbruch

Raul Gluberti

Secretária — Maria Helena Bueno Brandão.

Reunião — quintas-feiras, às 16,30 horas.

**LEGISLAÇÃO SOCIAL**

PRESIDENTE: Senador Vivaldo Lima (P.T.B.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Walfredo Gurgel (P.S.D.)

Titulares

Suplentes

P. S. D.

Ruy Carneiro  
Walfredo Gurgel  
Atílio Fontana  
Eugênio Barros

Leite Neto  
José Guilomard  
Sigefredo Pacheco  
Lobão da Silveira

P. T. B.

Vivaldo Lima  
Antônio Jucá

Edmundo Levi  
Pessoa de Queiroz

U. D. N.

Eurico Rezende  
Antônio Carlos

Lopes da Costa  
Zacharias de Assumpção

P. S. B. e M. T. R.

Aurélio Vianna

Aarão Steinbruch

SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leal  
REUNIÕES: 3ª-feiras — às 15,00 horas

## MINAS E ENERGIA

PRESIDENTE: Senador Josaphat Marinho (P.B.I.)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Ermírio (P.T.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Benedicto Valladares		Pedro Ludovico
Jefferson de Aguiar		Filinto Müller
José Ermírio	P. T. B.	Nelson Maculan
Argemiro de Figueiredo		Antônio Jucá
João Agripino	U. D. N.	José Cândido
Antônio Carlos		Afonso Arinos
Josaphat Marinho	B. P. I.	Júlio Leite

SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leal

## POLICONO DAS SECAS

PRESIDENTE: Senador Ruy Carneiro (P.S.D.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aurélio Vianna (P.S.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Ruy Carneiro		Sigefredo Pacheco
Sebastião Archer		Leite Neto
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Ontônio Jucá
Argemiro de Figueiredo		José Ermírio
João Agripino	U. D. N.	Lopes da Costa
José Cândido		Antônio Carlos
Aurélio Vianna	P. S. B. e P. R.	Júlio Leite

SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leal

REUNIÕES: 5ª-feira — às 16.00 horas

## PROJETOS DO EXECUTIVO

PRESIDENTE: Senador João Agripino (U.D.N.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wilson Gonçalves (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Leite Neto		1. Walfredo Gurgel
José Guilomard		2. José Feliciano
		3. Ruy Carneiro
Mem de Sá	P. L.	1. Aloysio de Carvalho
Barros Carvalho	P. T. B.	1. Edmundo Levy
Bezerra Neto		2. Melo Braga
Daniel Krieger	U. D. N.	1. Antônio Carlos
		2. Adolfo Franco
João de Mattos	B. P. I.	1. Aurélio Vianna

SECRETÁRIO: José Soares de Oliveira Filho, eventual

REUNIÕES: 3ª-feira — às 15.00 horas

## REDAÇÃO

PRESIDENTE: Senador Dix-Huit Rosado (P.T.B.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antônio Carlos (U.D.N.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Walfredo Gurgel		Lobão da Silveira
Sebastião Archer		José Feliciano
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Edmundo Levy
Antônio Carlos	U. D. N.	Eurico Rezende
Júlio Leite	B. P. I. e S/LEGENDA	Josaphat Marinho

SECRETÁRIO: Neuza J. Verrissimo

REUNIÕES: 4ª-feira — às 16.00 horas

## RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente — Benedito Valladares (PSD)

Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB)

## COMPOSIÇÃO

Titulares	PSD	Suplentes
Benedicto Valladares		1. Ruy Carneiro
Filinto Müller		2. Leite Neto
Menezes Pinental		3. Victorino Freire
José Guilomard		4. Wilson Gonçalves
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Antônio Jucá
Vivaldo Lima		2. Argemiro de Figueiredo
Oscar Passos		3. Melo Braga
Antônio Carlos	U. D. N.	1. Padre Calazani
José Cândido		2. João Agripino
Rui Palmeira		3. Mem de Sá (PL)
Aarão Steinbruch (MIR)	B. P. I.	Lino de Mattos (PTN)

Secretário — João Batista Cartesio Branco.

Reuniões — quintas-feiras, às 16 horas.

## SAÚDE

PRESIDENTE: Senador Sigefredo Pacheco (P.S.D.)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Cândido (U.D.N.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Sigefredo Pacheco		Walfredo Gurgel
Pedro Ludovico		Eugênio Barros
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Antônio Jucá
Raul Gluberti	P. S. P.	Miguel Couto
José Cândido	U. D. N.	Lopes da Costa

SECRETÁRIO: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: 5ª-feira — às 16.00 horas

## SEGURANÇA NACIONAL

VICE-PRESIDENTE: Senador Oscar Passos (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Victorino Freire		Ruy Carneiro
José Guilomard		Atílio Fontana
Oscar Passos	P. T. B.	José Ermírio
Silvestre Pérciles		Dix-Huit Rosado
Zacharias de Assumpção	U. D. N.	Adolfo Franco
Irineu Bornhausen		Eurico Rezende
Raul Gluberti	B. P. I.	Aurélio Vianna

SECRETÁRIO: Alexandre Pisander

REUNIÕES: 5ª-feira — às 15.00 horas

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PRESIDENTE: Senador Aloysio de Carvalho (P.L.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Leite Neto (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Leite Neto		Victorino Freire
Sigefredo		Filinto Müller
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Melo Braga
Silvestre Pérciles		Antônio Jucá
Padre Calazani	U. D. N.	Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho	P. L.	Mem de Sá
Aarão Steinbruch	B. P. I.	Miguel Couto

SECRETÁRIO: José Ney Passos Dantas

REUNIÕES: 3ª-feira — às 15.00 horas

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PRESIDENTE: Senador Lopes da Costa (U.D.N.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Bezerra Neto (P.T.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Eugênio Barros		Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves		José Guilomard
Bezerra Neto	P. T. B.	Melo Braga
Lopes da Costa	U. D. N.	Irineu Bornhausen
Miguel Couto	P. S. P.	Raul Gluberti

SECRETÁRIO: Alexandre Pisander

REUNIÕES: 4ª-feira — às 16.00 horas

### A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 490-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 193-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completa em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

#### Membros (7) - Partidos

Gilberto Marinho - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Vasconcelos Torres - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.

### B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 581-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.150-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

#### Membros (7) - Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD.  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Arthur Virgílio - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN.  
Josephat Marinho - S/legenda.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castellan Branco.

### C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 8 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.101-63 de 1963 do Senador Atílio Fontana, aprovada em 10 de dezembro de 1963.

#### Membros (3) - Partidos

Atílio Fontana - Presidente - PSD.  
José Feliciano - (Vice-Pr.) - PSD.  
José Ermirio - Relator - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
Aurélio Vianna - PSD.  
PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

### D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

#### Membros (5) - Partidos

José Feliciano - PSD.  
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) - PSD.  
José Ermirio (Presidente) - PTB.  
Lopes da Costa - UDN.  
Aurélio Vianna (Relator) - PSD.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 16 horas.

### E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

#### Membros (9) - Partidos

José Feliciano - PSD.  
Atílio Fontana - PSD.  
Eugênio Barros - PSD.  
José Ermirio (Relator) - PTB.  
Bezerra Neto - PTB.  
Melo Braga - PTB.  
Lopes da Costa - UDN.  
Milton Campos (Presidente) - UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) - PR.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

### F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 1.182-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

#### Membros (5) - Partido

Atílio Fontana - PSD.  
Sigefredo Pacheco - PSD.  
José Ermirio - PTB.  
Ernesto Bornhausen - UDN.  
Júlio Leite - PR.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.  
Secretária: Oficial Legislativo,

## COMISSÕES ESPECIAIS

### G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

#### Membros (6) - Partidos

José Feliciano - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Antônio Jucá - PTB.  
Padre Calazans - UDN.

### H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

#### Membros (18) Partidos

Senadores:  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Leite Neto - PSD.  
Sigefredo Pacheco - PSD.  
Argemiro de Figueiredo - PR.  
Edmundo Levi - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
João Agripino - UDN.  
Aurélio Vianna - PSD.  
Josephat Marinho - Sem legenda.  
Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) - PSD.

Aderbal Jurema - PSD.  
Laerte Vieira - UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).  
Heitor Dias - UDN.  
Doutal de Andrade - PTB.  
Arnaldo Cerdeira - PSP.  
Juarez Fávora - PDC.  
Ewáldo Pinto - MTR.

### I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

#### MEMBROS

Senadores:  
Bezerra Neto - Presidente  
Afonso Arinos - Vice-Presidente  
Jefferson de Aguiar - Relator.  
Leite Neto  
Nelson Maculan  
Eurico Rezende  
Aurélio Vianna  
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

## COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

### J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61 (QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 803-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-63, apr. em 12 de dezembro de 1962.

até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completa em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

#### Membros (16) - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Benedicto Valladares - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Daniel Krieger - UDN.  
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) - UDN.  
Milton Campos (Vice-Presidente)  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Rui Palmeira - UDN.  
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)  
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.  
Afonso Celso - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Aloysio de Carvalho (Presidente) - PL.  
Mem de Sá - PL.  
Josephat Marinho - S/legenda.

### K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DA COMPETENCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.138-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completa em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

#### Membros (16) - Partidos

Menezes Pimentel - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.  
Guido Mondim (.. de outubro de 1964) - PSD.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Lopes da Costa - UDN.  
Silvestre Péricles (.....) - PTB.  
Vivaldo Lima - PTB.  
Amaury Silva (24 de abril de 1963) - PTB.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - Relator - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PTN.

### L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 808-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

#### Memoros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.  
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.  
Daniel Krieger — UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.  
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.  
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.  
Vivaldo Lima — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PTN.

#### M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.

#### Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 805-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;  
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

#### Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Filinto Müller — PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.  
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.  
Daniel Krieger (Relator) — UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Rui Palmeira — UDN.  
Amaury Silva — 23 de abril de 1963 — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Argemiro de Figueiredo — PTB.  
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PN.

#### N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.

#### Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.  
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.  
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

#### Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.  
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PTN.

#### O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.

#### Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 794-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.  
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 28 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

#### Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.  
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Miguel Couto — PSP.  
Castete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

#### P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.

#### Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.  
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 1.144-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

#### Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.  
Ruy Carneiro — PS.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

#### Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.

#### Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
Completada em 23 de abril de 1963.

#### Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.  
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PTN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.

#### R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.

#### Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 787-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.  
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

#### Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PS.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Mem de Sá — PL.

#### S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.

#### Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

#### Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.  
Leite Neto (23.4.63) — PSD.  
Menezes Pimentel — Presidente.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Josaphat Marinho — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.  
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.  
(26.4.63) — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Mem de Sá — PL.  
Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

#### T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62.

#### Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;  
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.  
Completada em 23.4.63.

#### Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — Relator — PSD.  
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Mem de Sá — PL.  
Júlio Leite (23.4.63) — PR.

#### U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.

#### Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;  
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.



**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Pedro Ludovico - PSD  
 Wilson Gonçalves (23-4-63) - PSD  
 Benedito Valladares - PSD  
 Milton Campos - UDN  
 Heribaldo Vieira - UDN  
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 João Agripino (23-4-63) - UDN  
 Amaury Silva (23-4-63) - PTB  
 Nogueira da Gama - PTB  
 Barros Carvalho - PTB  
 Mem de Sá - PL  
 Raul Gluberti - PSP

#### V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Aloysio de Carvalho - PL

#### W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63  
 Prorrogada:  
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD

Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Arthur Virgílio - PTB  
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN  
 Milton Campos - Relator - UDN  
 João Agripino - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Aloysio de Carvalho - PL

#### X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 3.6.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD

Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
 Vaga do Senador Eduardo Catalão - Vice-Presidente - PTB  
 Vaga do Senador Eduardo Assis - Presidente - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Josaphat Marinho - Relator - Em Legenda

#### Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES-AOS VEREADORES)

Designada em 20.6.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Adalberto Sena - PTB  
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 João Agripino - UDN

#### Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.6.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Vaga do Senador Humberto Neder - PTB  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda

#### Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 José Feliciano - PSD  
 Walfrido Gurgel - PSD  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Edmund Levi - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Aloysio de Carvalho - UDN

Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Raul Gluberti - PSP  
 José Leite - PR

#### Z-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 José Feliciano - PSD  
 Walfrido Gurgel - PSD  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Edmund Levi - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Júlio Leite - PR

#### Z-3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

Designada em 22.10.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 José Feliciano - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Bezerra Neto - PTB  
 Edmund Levi - PTB  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Melo Braga - PTB  
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN  
 Aloysio de Carvalho - UDN  
 Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda  
 Aurélio Vianna - PTB  
 Júlio Leite - PR

#### Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64

(Eleição automática do Vice-Presidente com o Presidente da República).

Designada em 26.2.1964  
 Jefferson de Aguiar (PSD).  
 Ruy Carneiro (PSD).  
 Lobão da Silveira (PSD).  
 Wilson Gonçalves (PSD).  
 José Feliciano (PSD).  
 Bezerra Neto (PTB).  
 Arthur Virgílio (PTB).  
 Antônio Jucá (PTB).  
 Oscar Passos (PTB).  
 Antônio Carlos (UDN).  
 Aloysio de Carvalho (PL).  
 Eurico Rezende (UDN).  
 Milton Campos (UDN).  
 Josaphat Marinho (BPD).  
 Júlio Leite (BPD).  
 Aurélio Vianna (BPD).

#### Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e alínea IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:  
 - os membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;  
 - os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Designada em 25.5.1964  
 Jefferson de Aguiar (PSD).  
 Antônio Balbino (PSD).  
 Wilson Gonçalves (PSD).  
 Ruy Carneiro (PSD).  
 Menezes Pimentel (PSD).  
 Edmund Levi (PTB).  
 Bezerra Neto (PTB).  
 Arthur Virgílio (PTB).  
 Oscar Passos (PTB).  
 Afonso Arinos (UDN).  
 Milton Campos (UDN).  
 Eurico Rezende (UDN).  
 Aloysio de Carvalho (PL).  
 Josaphat Marinho (BPD).  
 Aurélio Vianna (BPD).  
 Aarão Steinbruch (BPD).

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963  
 Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:  
 - Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63 do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).  
 - por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Leite Neto (Presidente) - PSD  
 Nelson Maculan - PTB  
 João Agripino (Relator) - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

**Membros (11) - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Aurélio Fontana - PSD  
 Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

Arthur Virgílio - PTB  
 Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB  
 Melo Braga - PTB  
 João Agripino - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN  
 Aurélio Vianna - PSD  
 Secretário Auxiliar Legislativo  
 PL-9, J. Ney Passos Dantas